



Relatório do Evento - Venezuela em Foco: posicionamento de Argentina e Brasil na Geopolítica Regional

Realização: 18/06/2025

Realizado virtualmente

Cenário Geral

A complexa crise venezuelana permanece como o principal desafio regional sem a perspectiva, no curto prazo, de uma solução. Combinando deterioração democrática, colapso econômico, uma crise migratória de grandes proporções e sinalizações sobre possibilidade de questionamentos à limites fronteiriços consolidados, o atual contexto venezuelano representa um foco persistente de tensão regional. Os desafios complexos impostos ao Brasil e à Argentina, dois protagonistas na região, exigem estratégias coordenadas que superem as diferenças ideológicas e avancem em agendas práticas.

A crise venezuelana deixou de ser nacional para tornar-se um vetor geopolítico de disputa entre potências extra-regionais e de degradação institucional na região. A ameaça de militarização da disputa por Esequibo, a intensificação do crime transnacional e o êxodo de mais de 8 milhões de pessoas articulam desafios, por si só complexos, em uma teia que torna as crises problemas estruturais multidimensionais de proporções hemisféricas.

Ambiguidade Estratégica do Brasil

A postura brasileira atual caracteriza-se por uma ambiguidade estratégica, permeada por erros táticos e baixa capacidade de influência. Após a ruptura diplomática no governo Bolsonaro, que eliminou os canais formais com Caracas, o país perdeu instrumentos políticos de pressão, sendo que a retirada da Petrobrás da Venezuela reduziu a capacidade de incidência

econômica no vizinho ao norte. A reaproximação promovida pelo governo Lula em 2023 restabeleceu a embaixada e reabriu o diálogo, apenas iniciando um processo de reabertura de canais que tende a ser demorado, principalmente em se considerando o fechamento do governo venezuelano observado nos últimos anos.

A recepção de Nicolás Maduro em Brasília, durante a Cúpula da América do Sul, gerou repercussões negativas internas e externas, sendo lida como gesto de legitimação ao regime. A assinatura do Acordo de Barbados, por sua vez, não trouxe resultados concretos, revelando a limitação brasileira em influenciar a dinâmica política interna venezuelana. Todavia, a possibilidade de ingresso venezuelano no BRICS em 2024, vetado pelo Brasil, demonstra uma mudança de postura que não apenas isola ainda mais a Venezuela, como resulta numa forma de sanção que não é passível de ser capitalizada em favor de melhoras nas múltiplas crises mencionadas.

A possibilidade de agravamento da disputa em Esequibo expôs um novo fator: a ameaça direta à segurança nacional brasileira. A resposta brasileira incluiu o envio de tropas à fronteira norte e a criação de uma brigada em Roraima, movimento que não se sabe se servirá como dissuasão ou se reforçará a lógica do confronto regional.

Internamente, o governo enfrenta pressões contraditórias. A diplomacia busca trabalhar com os - poucos - canais abertos e evitar sanções extremas, enquanto parte da esquerda brasileira - base eleitoral do governo - ainda apoia abertamente o atual governo venezuelano, sendo que o Partido do presidente da República reconheceu oficialmente, por nota as eleições presidenciais realizadas na Venezuela no último ano que, o próprio governo, não reconheceu tendo em vista as dificuldades de comprovação do resultado eleitoral informado pelo Conselho Eleitoral Venezuelano. Tem-se uma política externa que posterga excessivamente escolhas que, quando realizadas resultam em custos políticos internos sem, contudo, resultados tangíveis para as crises.

Alinhamento Político da Argentina

A política externa argentina responde mais a imperativos ideológicos do que a uma lógica estratégica regional. Governos kirchneristas mantiveram relações próximas com Caracas, enquanto o governo Macri adotou postura crítica e alinhada à oposição venezuelana. Com a eleição de Javier Milei em 2023, a Argentina adotou um alinhamento explícito com os Estados Unidos, baseado na condenação a projetos políticos identificados com a esquerda e na rejeição ao multilateralismo na política internacional.

Apesar da retórica contundente, a atual política argentina tem sido pouco propositiva quanto à implementação de iniciativas concretas para um fortalecimento institucional e democrático venezuelano. A narrativa de grupos contrários ao chavismo serve como instrumento de mobilização doméstica, mas não se traduz em estratégias de política externa. Assim, o isolamento venezuelano acaba por ser concomitante ao isolamento argentino, consequência da rejeição de Milei a instituições multilaterais regionais como a CELAC, o Mercosul e a Agenda 2030.

Após as eleições de 2024 na Venezuela, houve um consenso interno argentino sobre a ilegitimidade do regime, algo inédito em ciclos políticos anteriores. No entanto, a ausência de uma política de Estado contínua limita a efetividade internacional da posição argentina.

O fato de a Argentina não ter fronteira direta com a Venezuela contribui para uma percepção de menor exposição à crise. Uma percepção equivocada tendo em vista que a expansão do crime organizado venezuelano (Tren de Aragua) acaba por impactar a região como um todo. Para além disso, a crise humanitária e a migração dela decorrente resulta em fluxos migratórios também para o Sul do Cone Sul, não apenas para o Norte do Brasil. Dessa forma, a postura do governo Milei, mais reticente quanto a soluções multilaterais, o distancia da construção de soluções, sem o distanciar dos impactos negativos da crise venezuelana.

Riscos Geopolíticos e Desafios Estruturais

O processo eleitoral de 2024 demonstrou que a crise venezuelana parece não ter resposta acertada: a participação eleitoral em pleitos anteriores não serviu ao propósito de fortalecer as instituições democráticas, tanto quanto a decisão de não participar deste último não comprometeu sua legitimidade. Da mesma forma, tentativas de aproximação com o governo venezuelano parecem ter tão baixa eficácia quanto tentativas de confrontá-lo ao bloquear seu acesso aos BRICS, por exemplo.

Nesse contexto desafiador, a posição brasileira permanece fragilizada por uma combinação de fatores: a perda de instrumentos de influência direta sobre Caracas, a persistência de dúvidas internacionais quanto ao compromisso do país com a restauração democrática no seu vizinho, a posição desconfortável entre interesses estadunidenses e chineses quanto ao veto à entrada da Venezuela no BRICS. Isso tudo somado a uma ausência de estratégia clara para lidar com a fragmentação política sul-americana.

A Argentina, por outro lado, aposta em uma narrativa política alinhada aos EUA, mas sem capacidade real de transformação. A dependência do discurso antichavista limita sua flexibilidade diplomática e consegue fortalecimento de sua retórica isolacionista no confronto com o isolacionismo venezuelano.

Ambos os países enfrentam o desafio de não permitir que a crise venezuelana perca relevância na agenda regional, risco que cresce diante da chamada “policrise” internacional.

Estratégias Recomendadas

Para o Brasil:

- Votar sistematicamente contra o regime venezuelano em fóruns multilaterais;
- Manter o veto à entrada da Venezuela no BRICS;
- Aprofundar cooperação com Guiana e Colômbia;
- Estabelecer mecanismos de interlocução com segmentos não-alinhados do regime;
- Retomar acordos pontuais com Caracas, como exportação de eletricidade e cooperação técnica com estatais.

Para a Argentina:

- Evitar o uso instrumental da crise venezuelana em disputas internas;
- Condenar violações de direitos humanos de forma ativa;
- Trabalhar pela reconstrução de mecanismos regionais de diálogo sobre Venezuela.

Para a cooperação bilateral:

- Intensificar o combate ao crime transnacional com ações coordenadas;
- Estruturar protocolos conjuntos de acolhimento a migrantes;
- Manter canais diplomáticos de cooperação institucional, mesmo diante de diferenças ideológicas.

O Brasil perdeu capacidade de influência sobre a Venezuela, e a Argentina não dispõe de instrumentos para preenchê-la. A crise se transforma em um conflito crônico, sem avanços significativos nem pressão coordenada. A cooperação bilateral, focada em segurança, migração e institucionalidade regional, é o único caminho viável de curto prazo. A crise venezuelana já resistiu a todas as estratégias: isolamento, engajamento, sanções, concessões. O desafio, agora, é evitar que ela também sobreviva à inércia da política regional.